

ALUÍSIO E *O CORTIÇO*: UM AGENTE HISTÓRICO E UM PRODUTO SOCIOCULTURAL

Lavínia de Sousa Almeida Mendes.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –
Campus Goiânia

Resumo:

A hodierna escrita se manifesta com intuito de analisar brevemente o romance *O cortiço*, do escritor Aluísio Azevedo. Como princípio norteador da abordagem optou-se pela proposta de Diego José Fernandes, que se traduz pela mediação entre a abordagem do escritor como agente social (imerso num contexto histórico) e as representações que a obra sugere. Isto posto, através das discussões sobre os aspectos econômicos, a escravidão, a coisificação da mulher, entre outros pormenores, retratados n’*O cortiço*, se evidencia a importância da não desconsideração da Literatura para a Historiografia.

Palavras-chave: Romance no Brasil, *O cortiço*, História e Literatura.

As fronteiras historiográficas são problematizadas aos poucos, abordadas por historiadores que além de investigar a diferença, constituem a diferença no campo histórico. As mazelas e reformas da historiografia se constituem - pela sua própria rigidez e maleabilidade - em torno de questões como: o que é e o que pode ser fonte? A História se constitui de fatos ou de versões? As fontes são

reflexos da verdade? Como o historiador deve se posicionar, sendo que ao mesmo tempo é um ser socialmente construído – banhado de subjetividade – e cientista – cargo que lhe decepta a liberdade? Até que ponto a História é distinta da ficção? Dentro dessas discussões se encontra a interdisciplinaridade entre a História e a Literatura. Karnal (p. 21) considera que os vestígios do passado se tornam documentos de acordo as concepções do contexto específico, *grosso modo*, uma fonte não está isolada do meio social em que é criada.

Tomando por base a afirmação de Karnal, esclarece-se que as obras literárias podem ser fontes históricas e o contexto contemporâneo permite essa interdisciplinaridade. Isto posto, utilizamos Diego José Fernandes, que problematiza dois modelos: o primeiro nomeia de “historicização discursiva” (2012, p. 109)¹ e o segundo de “historicização biográfica” (2012, p. 114). A conclusão de Fernandes se fez numa nova proposta de historicização, que condiz à:

A estrutura e o sujeito atuam no ato criador, se imbricam para forjar a obra literária [...]. Combinar estas duas propostas de historicização, recolher seus pontos fortes, nos parece ser uma maneira mais segura e eficiente de historicizar as obras literárias. (2012, p. 121)

¹ A historicização discursiva é exemplificada por Fernandes com as obras dos historiadores Durval Muniz e Iranilson Buriti, que trabalharam com José Lins. As abordagens dos dois cientistas privilegiam o discurso, e não a vida dos autores das obras literárias. “A vivência dos indivíduos entra no discurso historiográfico apenas à nível de informação, de rápida contextualização.” (FERNANDES, 2012, p. 113)

É a partir da proposta de Diego José que o presente artigo tem como objetivo interpretar e situar a obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo.

1. Ponderações sobre o romance e o autor em questão

Um gênero renovado, chamado romance, traçou-se pela individualidade burguesa da transição modernidade-contemporaneidade. Distinguia-se no seu modo de narrar e em parte porque não necessitava nem dependia da tradição oral. Destaca-se paralelamente a importância especial ao campo empírico por parte do autor (BENJAMIN, 1994, p. 201). O primeiro destaque se intitidou *Pamela* (1740), de Samuel Richardson. Porém, lembremos que o romance não foi inaugurado na modernidade, mas sim transfigurado: seu foco passou a ser a vida privada e doméstica. Os romances escritos nos séculos XVIII e XIX forjaram uma nova forma de escrita, tal qual se direcionavam a abordagens não surreais, não ilusórias, não cavalheirescas. A atenção voltou-se para essa nova produção de tal forma que antes de 1808 cerca de 55% dos livros enviados para o Brasil eram romances, depois aumentou para 58%. (ABREU, p. 1 e 17).

O Brasil, principalmente o Rio de Janeiro, foi receptor dos romances franceses, sendo tais romances registrados nos pedidos de autorização destinados à censura instalada em Portugal e no Rio (ABREU, p. 15). Foi nesse Rio de Janeiro que o romancista Aluísio Azevedo traçou grande parte de sua vida acadêmica. Nascido em 1857, no Maranhão, Aluísio Azevedo viveu

durante o Segundo Império, assistiu à abolição, à primeira república e uma série de outros processos. Segundo Luciana Uhren (2012, p. 62), Azevedo sofreu influência principalmente por três intelectuais. Foram eles: “Teixeira Mendes – positivista que lutava em prol do estabelecimento da república; Lopes Trovão – futuro deputado republicano; e José do Patrocínio – jornalista abolicionista”.

A obra literária *O Mulato* foi a primeira de cunho naturalista, logo depois, *O cortiço*. Émile Zola serviu-se do termo *naturalista* (significado que perdura aos dias contemporâneos) na segunda edição do romance *Thérèse Raquin* (1867), que objetivava “o estudo do temperamento e das modificações profundas do organismo sob a pressão do meio e das circunstâncias” (ZOLA, 2011, p. 13 *apud* CORRÊA, 2010, p. 3049).

Os dados apresentados são introdutórios para que se possa discutir de que forma o romance *O cortiço* sugere versões do contexto brasileiro do recorte temporal correspondente à segunda metade do século XIX, antes da abolição.

2) Elementos de *O cortiço*

2.1) Aspectos econômicos

“Aquilo já não era ambição, era uma moléstia nervosa, uma loucura, um desespero de acumular; de reduzir tudo a moeda.” (AZEVEDO, 2002, p. 24)

Esse trecho do primeiro capítulo do romance *O cortiço*² se refere a João Romão, um português, toxicômano em riqueza, que almejava um único objetivo: ascensão econômica que fosse suficiente para ultrapassar o *status* de Miranda³. A concupiscência de João Romão é expressa também na falsificação de uma carta de alforria para Bertoleza⁴. Ilusórias liberdade e gratidão ao companheiro lhe invadiram a mente a ponto que a negra trabalhava como escrava e era tratada como escrava, porém, a sensação de contribuir para uma acumulação conjunta fê-la continuar no “tríplice papel de caixeiro, de criada e de amante.” (AZEVEDO, 2002, p. 17). A exploração se entende aos outros moradores do cortiço, às diversas lavadeiras e trabalhadores das pedreiras, que foram degraus para a escalada do “monarca”, termo de uma fala de Romão ao despejar Marciana, na página 107.

² “A palavra cortiço designa no final do século 19 um tipo de habitação popular que guarda relação com duas formas presentes nas grandes cidades brasileiras hoje: o cortiço, que herdou o nome, hoje mais associado a casarões cujos cômodos são alugados separadamente para famílias inteiras, e a favela, em que a forma de aluguel de habitações precárias convive com outras diferentes formas de uso do solo [...]” (SEREZA, 2012, p. 138)

³ Miranda era um português dono de lojas destinadas à produção têxtil. Deportara-se para a Rua do Hospício com a filha Zulmira e a esposa Dona Estela. O português justificou aos amigos a mudança com a necessidade de afastar a filha do centro da cidade, no entanto, desejava afastar Estela dos seus funcionários. O casal se odiava, mesmo com treze anos de matrimônio. Antes mesmo de completar dois anos, Miranda flagrou adultério. A separação não poderia ser feita devido ao dote de Estela que sustentava os negócios do marido. Capta-se que o casamento não foi um símbolo exclusivo de afeto, e nem sempre escolha dos pais, mas sim de estabelecimento de cauções econômicas (AZEVEDO, 2002, p. 18/19).

⁴ A descrição que Azevedo (2002, p. 15) trouxe na primeira página do capítulo I sobre a personagem condiz a: “crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade”. Esta confiou a João Romão suas economias destinadas à compra de sua liberdade, que não se efetivou. Bertoleza foi considerada pelo seu senhor como escrava fugitiva (p. 17).

A articulação capitalista tracejada pela usurpação de terras comunais, de cobrança de taxas, de disputas privadas por terra, entre outras minuciosidades, privou os trabalhadores a fornecerem ao explorador somente a sua força de trabalho. Sereza aponta que tanto Marx quanto os naturalistas “compartilhavam a preocupação de expor como a dinâmica capitalista promovia substanciais alterações no modo de viver [...]. As duas leituras são universalizantes, totalizantes, cada uma a seu modo.” (2012, p. 133).

O cortiço se destaca, sucintamente, em partes pela abordagem profunda de aspectos econômicos relacionados à riqueza individual (CANDIDO, 1993, p. 130). A proibição da construção de cortiços no centro da cidade em questão (área nobre) foi institucionalizada e, conseqüentemente, optaram pela construção na Zona Sul. Apreende-se que um dos eixos de *O cortiço* é a falta de planejamento urbano. A contradição se punha na vontade de se europeizar – se espelhar na modernização francesa – em consonância com a escravidão, a desigualdade dilatada e a herança colonial (KUSTER, 2013, p. 84/85).

Tem-se ainda o antagonismo entre os estereótipos do malandro e do trabalhador. O primeiro na figura do brasileiro e capoeirista Firmo e o segundo, o português Jerônimo. Logo, um dos embates do romance é o conflito entre identidades nacionais. Miranda, outro português, considerava que “o Brasil era uma cavalgada carregada de dinheiro, cujas rédeas um homem fino empolgava facilmente” (AZEVEDO, 2002, p. 27). Ora a ânsia de riqueza não se isola à Miranda. No trecho seguinte fica evidente o interesse de Jerônimo:

Jerônimo viera da terra, com a mulher e uma filhinha ainda pequena, tentar a vida no Brasil, na qualidade de colono de um fazendeiro [...]. Para continuar a servir na roça tinha que sujeitar-se a emparelhar com os negros escravos e viver com eles no mesmo meio degradante, encurralado como uma besta, sem aspirações, nem futuro, trabalhando eternamente para outro. (AZEVEDO, 2002, p. 53)

De acordo Eliana Kuster (2013, p. 88/89), o cortiço representava a ausência de ordem. Tal quadro é contornado, ou melhor, refinado, ao final do romance quando “São Romão” (nome do cortiço) é modernizado⁵. Tal transformação faz-nos retomar Haroldo Sereza (2012, p. 131), que afirma ser João Romão o acumulador de capital e detentor dos meios de produção. Aluísio trata sobre a exploração braçal intensa, direta e predatória. Volve-se, destarte, à questão do conflito entre nacionalidades, uma vez que as garras maníacas e as pretensões destetáveis do português Romão rasgavam as entranhas da terra pacata (CANDIDO, 1993, p. 127 e 131).

2.2) Quanto à escravidão de Bertoleza

Previamente, salienta-se que escravidão é um conceito que varia ao decorrer do tempo, ou seja, é um conceito que deve ser historicizado. O período moderno se

⁵ No capítulo XXII d’*O Cortiço* essa transformação é narrada com diafaneidade. A ambição de João Romão dava frutos, até que reformou seu cortiço [reparação física descrita no capítulo XIX, na página 171]. O perfil de aceitação de moradores se metamorfoseou, a tal ponto que “os preços dos cômodos subiam, e muitos dos antigos hóspedes, italianos principalmente, iam, por economia, desertando para o ‘Cabeça-de-Gato’ e sendo substituídos por gente mais limpa. Decrescia também o número de lavadeiras, e a maior parte das casinhas eram ocupadas agora por pequenas famílias de operários, artistas e praticantes de secretaria. O cortiço aristocratizava-se.”. (AZEVEDO, 2002, p. 198/199)

caracterizou pela descoberta do Novo Mundo e uso de mecanismos para dominá-lo. Uma das ferramentas foi o tráfico negreiro em massa para as Américas. Diante disso, a escravidão se caracterizou pela exploração de um grupo (ou mais) por outro(s), que garantiu a ascensão dos controladores dos fluxos escravistas. Ainda, o escravo era definido pelo seu *status* jurídico (MEILLASSOUX, 1995 *apud* SILVA, 2009, p. 110).

O termo *negro* assume caráter pejorativo, principalmente na modernidade, e se arrasta a contemporaneidade. Negro passou a ser sinônimo de escravo, em contraponto ao ideal cristão branco, sendo o primeiro símbolo de morte e medo, enquanto o segundo se referiria a beleza e pureza. “No fim do século XIX, período em que se deu a abolição da escravidão no Brasil, [as] teorias racialistas se transformaram em teorias eugênicas, em filosofias que pregavam a superioridade de umas raças sobre outras.” (SILVA, 2009, p. 313)⁶

Logo na segunda página do capítulo I, Aluísio traça a repugnância, a brutalidade e o racismo de base científica do século XIX:

Ele [João Romão] propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua. (2002, p. 16)

⁶ A escravidão foi arrastada com lorotas dos senhores: os representantes políticos afirmavam que com a abolição, os negros se tornariam vagabundos, pois a cultura sagrada do trabalho não era um dos preceitos daqueles. Atentemo-nos que citar decisões, decretos e leis políticas, não apaga a imprescindibilidade da resistência negra nos quilombos e ainda dos grupos abolicionistas. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 175 e 179)

A idealização da nação se voltou para a preservação e proeminência do branco, brasileiro, livre, e majoritariamente cristão. A brancura era sinônimo de homem bom e a liberdade era seu privilégio inato (CANDIDO, 1993 p. 132).

O tão quimérico *upgrade* socioeconômico de João Romão não poderia ser simbolizado somente com a reforma do seu cortiço, com a sua aristocratização, compra de títulos (...). O clímax da sua vitória simbólica seria o casamento com a filha de Miranda. O interesse econômico era evidentemente um motivo para a luta pela união, porém, também era necessário apagar uma parte do que viria a ser o seu passado: o pretérito negro, o pretérito com uma cafuza, com uma preta, o pretérito em que dividia a mesma cama que uma escrava. Bertoleza, então, passaria a ser não mais um objeto, mas um entrave para a concretização do seu cume social.

Sereza (2012, p. 149/150) admoesta que apesar de o capítulo I indicar que as figuras centrais da obra são Bertoleza e João Romão, o restante do enredo mostra o contrário:

Ao fim da obra, o nome “Bertoleza” foi citado 45 vezes apenas (dez delas no primeiro capítulo), enquanto “João Romão”, completo, apareceu 125 vezes (dezessete no capítulo inicial). Bertoleza permaneceu como que na ‘voz passiva’ no desenrolar da obra. Está sempre lá, mas cada vez mais rebaixada. (p. 150)

A ojeriza profunda pela negra é expressa pela sua estagnação, enquanto João Romão respirava oxigênio burguês nos jantares no sobrado de Miranda. Bertoleza é o símbolo literário da sociedade que contemplava a alforria imagética. Liberdade simbólica assinada por Isabel. Abolição que não significou no campo prático integração

social. As gotas que respingavam do ventre, rasgado por uma faca suja de escamas de peixe, de Bertoleza significaram a sustentação do racismo e da discriminação social, reservados aos negros no período pós-abolição.

O suicídio da escrava não foi uma posição de submissão absoluta. Pelo contrário, negar a vida simboliza a consciência e o grito mudo dos que foram discriminados e tratados a chicotes. Bertoleza não é a representação da miséria social ou da subordinação. É a imagem da resistência, não só no romance, como no contexto turbulento do final do século XIX.

2.3) A sedição moral em forma de mulheres venenosas

Um dos pontos relevantes do miolo de *O cortiço* é o modo como Aluísio trata algumas personagens femininas. Rita Baiana é o ícone da trama, focalizando que foi disputada pelo capoeirista Firmo e o português Jerônimo. Impossível a não efervescência do sangue do europeu envolto naquele perfume imaginário das saias e dos cabelos de uma mulata. A Baiana era “feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher” (AZEVEDO, 2002, p. 72).

Não era só a música inédita aos seus ouvidos, a dança, a mulata, a beleza exacerbada desta. O meio ao qual se situava era a chave da compreensão do envolvimento amoroso entre as duas últimas personagens citadas. O Novo Mundo, que não era mais novo, era encantador, sedutor e excitante. Em meio à perdição, “Jerônimo abraçava-se” (AZEVEDO, 2002, p. 86).

Seus anseios não eram mais voltados à preservação do trabalho, da honra ou da ordem – herdadas da sua terra europeia civilizada. Agora, passara a se entregar aos desejos e às demasias do pernicioso Brasil.

A expectativa inicial do colono, que era explorar a fonte de oportunidades americanas, foi-se à derrocada, pois se deixou possuir, a tal ponto que preferiu desertar-se, a ficar com a esposa e filha (CANDIDO, 1993, p. 141). Paralelo a *Candido*, (1993, p. 144) que aponta a animalização das personagens e sua submissão da vida ao sexo e à alimentação, Florentina Souza comenta que as mulheres negras são – além do reflexo da sexualização – as concretudes de anomalias, obviamente, contrárias à normalidade europeia (2008, p. 104).

A posição de subalternidade feminina se evidencia na figura de Piedade, que se traduz na dependência ao marido (SOUZA, 2008, p. 108), manifesta principalmente após seu suposto desaparecimento. A mulher se perde em meio à sociedade e, da mesma forma que Jerônimo, passa a se embriagar diariamente.

Outra questão, pouco explorada por Aluísio, é a prostituição aliada a Léonie e, posteriormente, Pombinha. Marinete Silva (2012, p. 376) nos presenteia com um artigo sobre prostituição no século XIX, no Rio de Janeiro, e admitiu que mesmo em jornais (como *O Carbonário*) havia denúncias sobre a frequência com que políticos iam a prostíbulos. A autora ainda nomeia os cargos sociais que visitavam estas casas: fazendeiros, comerciantes, políticos (p. 375), caixeiros, funcionários do clero secular ou regular (p. 377). O que se consta é a importância

econômica de subsistência e o impacto social cotidiano que as casas de prostituição influíam nesse recorte temporal-espacial.

Apesar de ser também uma oportunidade (esclarece-se que a prostituição não é só uma opção e escolha voluntárias. As complexidades são inúmeras e não foi/é majoritariamente uma forma voluntária de contestar a moral em torno de comportamento feminino.), as prostitutas eram reconhecidas como usurpadoras, promíscuas e “monstros da sedução”, enquanto os homens eram tidos como vítimas (SILVA, 2012, p. 378). A retratação do ato sexual entre a *cocote* e Pombinha também traduz a depravação homossexual, porém, além disso, a indecência aparentava-se ser inerente à figura feminina.

A imoralidade n’*O cortiço* é retratada ainda na traição de Leocádia, que resulta na sua expulsão por Bruno. A venalidade da personagem não é subentendida, é explícita. O ato sexual com Henrique em nenhum momento é aliado à traição. A única preocupação de Leocádia era possuir o coelhinho branco. Percebe-se, portanto que, o tratamento da mulher no romance é retrato do seu tempo, em que o preconceito em torno da possibilidade de autonomia feminina era abominável.

3) Pareceres finais

Se as obras literárias são produtos sociais, mesmo que relacionadas à subjetividade de um escritor, por que não utilizá-las como reflexo cultural de uma época? O que

faz da literatura inferior aos brilhantes olhos historiográficos tradicionais? Considerando a riqueza de detalhes e menções a versões históricas que o romance (brevemente analisado) alude, a problematização da literatura é aproveitável para a história?

Espera-se com esse artigo mediar discussões sobre os limites tradicionais historiográficos que perduram até a contemporaneidade, não só a respeito do uso de fontes, como das formas de abordagem e os focos de interpretação histórica. Consequente e evidentemente, procurou-se aguçar a atenção do leitor para a importância do que é conhecido pejorativamente como ficção. Além disso, compreender que tanto o escritor e o seu contexto histórico quanto o conteúdo da obra literária são indispensáveis para o processo de historicização do documento histórico.

Da mesma forma que Aluísio retratou detalhes contextuais que acreditou serem pertinentes, os historiadores são os detetives da história, mas escrevem o que desejam ser imprescindíveis. Os valores são empregados nas suas próprias escolhas. Os cientistas são encarregados das reformas e das permanências no campo historiográfico e a literatura é uma das opções de reinvenção dos métodos históricos e ampliação da noção de fonte.

FONTE

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo, Ed. Ática. 36ª edição - 5ª reimpressão. 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia; VASCONCELOS, Sandra; VILLALTA, Luiz Carlos; SCHAPOCHNIK, Nelson. Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX. Link < <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf> > Acessado dia 17/06/2016

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. O fim da escravidão e o pós-abolição. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Pp. 171/200

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994 - 7ª ed. Pp. 197/221

CANDIDO, Antônio. De cortiço a cortiço. O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993. Pp. 123/154

CHIAPPINI, Lígia. História e literatura: notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. Literatura e Sociedade. USP, n° 5, 2000. Pp. 18/28

CORRÊA, Patrícia A. C. O realismo e o naturalismo: a questão terminológica. Cadernos do

FERNANDES, Diego José. Ao rés do chão: História e Literatura. Revista de Teoria da História. Ano 4, número 8, Dez/2012. Universidade Federal de Goiás. Pp. 106/125

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia G. A memória evanescente. Pp. 9/27. Disponível em < http://efp-ava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/273378,3CF/Assets/Historia/pdf/his_m01t10a.pdf > Acesso dia 17/09/2016

SEREZA, Haroldo C. O fator econômico em *O cortiço* – a geração da desigualdade. O Brasil na Internacional Naturalista: Adequação da estética, do método e da temática naturalistas no romance brasileiro do século XIX. Pós-Graduação USP, 2012. Pp. 123/157

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. Escravidão (pp. 110/115); Negro (pp. 311/315). Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2009. 2ª ed., 2ª reimpressão

SILVA, Luciana U. M. O naturalismo de Aluísio de Azevedo: produção jornalística e romanesca. Revista *Alpha*. 2012. Centro universitário de Patos de Minas. Pp. 57/69

SILVA, Marinete dos S. Clientes e circuitos de prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. Dimensões. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Vol. 29, 2012. Pp. 374/391

SOUZA, Florentina. Gênero e raça na literatura brasileira. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Brasília, n° 32, 2008. Pp. 103/112